

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i34.5952>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



PENSAMENTO CRÍTICO COMO EPISTEMOLOGIA APLICADA: REALOCANDO O PENSAMENTO CRÍTICO NO PANORAMA FILOSÓFICO¹

*Critical thinking as applied epistemology: relocating critical thinking
in the philosophical landscape*

Mark E. Battersby
Universidade de Capilano, Vancouver, Canadá

Tradutor: Rodrigo Freitas Costa Canal
UFPA

Resumo: Tradução para o português do artigo “Critical Thinking as Applied Epistemology” do epistemólogo. É um dos artigos fundadores da abordagem epistemologicamente motivada do pensamento crítico. Fez contribuições inéditas para a época e necessárias atualmente, fomentando não apenas a fundação de subdisciplinas da epistemologia, mas sobretudo incentivando corretamente que o Pensamento Crítico não se resume a mera instrução e correção pedagógico-cognitiva, consistindo em um projeto de aplicar normas epistemológicas em nossas atividades cotidianas epistêmicas, cujo nome correto seria Epistemologia Aplicada. Começa argumentando por analogia explicitando como ocorreu a reconfiguração da Filosofia Moral no último século em termos de ética normativa, metaética e ética aplicada, evidenciando que o mesmo tem ocorrido com a Epistemologia nas últimas décadas. Por fim, revela a epistemologia subjacente às teorias do pensamento crítico para argumentar que consistem em um esforço significativo de oferecer respostas a questões comuns sobre o que devemos acreditar e como devemos acreditar no que acreditamos.

Palavras-Chave: Epistemologia aplicada; Pensamento crítico; Lógica informal.

Abstract: This is a Portuguese translation of the article **Critical Thinking as Applied Epistemology** by epistemologist Mark E. Battersby. It is one of the founding articles of the epistemologically motivated approach to critical thinking. It made contributions that were unprecedented at the time and are necessary today, encouraging not only the foundation of subdisciplines of epistemology, but above all correctly encouraging that Critical Thinking is not just about mere instruction and pedagogical-cognitive correction, but consists of a project to apply epistemological norms to our everyday epistemic activities, whose correct name would be Applied Epistemology. He begins by arguing by analogy, explaining how Moral Philosophy has been reconfigured in the last century in terms of normative ethics, metaethics, and applied ethics, showing that the same has happened with Epistemology in recent decades. Finally, it reveals the epistemology underlying theories of critical thinking to argue that they consist of a significant endeavor to offer answers to common questions about what we should believe and how we should believe what we believe.

Keywords: Applied Epistemology; Critical Thinking; Informal Logic

¹Tradução do artigo **Critical Thinking as Applied Epistemology: Relocating Critical Thinking in the Philosophical Landscape** Mark E. Battersby, publicado pelo periódico **Informal Logic**, v. 11, n.2, p. 91-100, 1989. A versão original do artigo pode ser lida aqui: https://ojs.uwindsor.ca/index.php/informal_logic/article/view/2623.

1 Introdução

Um dos desenvolvimentos mais importantes da filosofia contemporânea foi o interesse em aplicar a filosofia a questões contemporâneas. Isso ocorreu inicialmente de forma **ad hoc**, à medida que o raciocínio filosófico foi aplicado a vários problemas morais, tal como o aborto e a triagem. Mas, de forma mais significativa, envolveu a fundação de disciplinas aplicadas, como a ética aplicada (e subdisciplinas como a ética profissional) e o Pensamento Crítico ou a lógica informal². Embora a maioria dos filósofos provavelmente não questione minha alegação a respeito da importância dos desenvolvimentos na ética aplicada, podem questionar a alegação no que se refere à lógica informal.

No entanto, penso que isso seria um erro. Neste artigo, argumentarei que a relação do pensamento crítico com a filosofia pode muito bem ser tão produtiva para o **insight** filosófico quanto a ética aplicada e, como resultado, o pensamento crítico merece a mesma atenção filosófica que a que foi concedida à ética aplicada.

"Lógica informal" é o nome comumente usado nos ambientes filosóficos para descrever o pensamento crítico, mas isso tende a obscurecer a relação do pensamento crítico com a filosofia; o pensamento crítico não é um parente "casual" da lógica, como o nome sugere, mas, em vez disso, é um esforço significativo para aplicar muitos dos **insights** da filosofia e, particularmente, da epistemologia a questões comuns sobre o que devemos acreditar. O que torna o Pensamento Crítico "crítico" é o impacto muitas vezes negativo sobre a crença, que resulta da aplicação de normas epistemológicas a problemas e julgamentos comuns. Porque são normas epistemológicas e não regras da lógica que constituem o núcleo filosófico do pensamento crítico, é lamentável que essa atividade tenha sido chamada e, portanto, mal compreendida como lógica informal. Uma nomenclatura melhor seria "epistemologia aplicada", o que sugere a herança filosófica correta e o paralelo com a ética aplicada. De fato, é razoável esperar que o pensamento crítico produza tantos problemas interessantes para a epistemologia quanto a ética aplicada tem produzido para a ética.

Não há nenhuma novidade na afirmação de que o núcleo teórico do pensamento crítico deve ser entendido como epistemologia; um excelente artigo de Harvey Siegel (1985) defende esse ponto de vista de forma bastante eloquente e McPeck (1981) fez uma observação semelhante. O argumento é muito simples. A maioria das afirmações que os pensadores críticos desejam examinar não são dedutivamente fundamentadas por suas evidências, mas são fundamentadas por evidências que "garantem" ou justificam a crença. O desafio crucial para os pensadores críticos é articular as normas que podem ser usadas para justificar crenças bem fundamentadas e criticar aquelas que não o são. Embora tenha elaborado ligeiramente esse argumento, minha principal preocupação é chamar a atenção dos filósofos para o valor que o estudo do pensamento crítico tem para a epistemologia. Faço isso pressionando a analogia da ética aplicada e ilustrando as dificuldades

² "Pensamento crítico" é um termo usado de forma mais geral para o assunto que desejo discutir, mas "lógica informal" é o termo mais amplamente usado nos círculos filosóficos - de fato, como o nome deste periódico. Embora os termos sejam frequentemente usados de forma intercambiável, penso que deve ser observado que, para a maioria dos educadores, a lógica informal (a análise e avaliação de argumentos no discurso comum) é um subconjunto do pensamento crítico. O pensamento crítico geralmente envolve não apenas a análise e a avaliação de argumentos, mas também o pensamento criativo e as habilidades de resolução de problemas, além de uma atitude positiva em relação à mente aberta e à aplicação da lógica informal e das habilidades de resolução de problemas na vida cotidiana. Em sua articulação mais completa, o pensamento crítico pode ser visto como um ideal educacional muito semelhante ao ideal tradicional das artes liberais do cidadão consciente. Neste artigo, quero me concentrar no aspecto do Pensamento Crítico que é de interesse central para os filósofos, ou seja, a lógica informal, não apenas porque é de interesse dos filósofos, mas porque é o conceito central do qual depende a noção de Pensamento Crítico. Como estou recomendando uma mudança de terminologia, o problema terminológico se torna complexo. Por essa razão, usarei "Pensamento Crítico" (C maiúsculo, T maiúsculo) para me referir ao Pensamento Crítico em seu âmbito mais amplo e "pensamento crítico" sem maiúsculas como sinônimo de "lógica informal". A longo prazo, eu recomendaria substituir "lógica informal" por "epistemologia aplicada" e manter "pensamento crítico" (com ou sem maiúsculas) para incluir uma gama mais ampla de preocupações.

epistemológicas significativas que o pensamento crítico já revelou, como, por exemplo, os problemas que envolvem o apelo à autoridade.

Penso que o fato de o pensamento crítico não atrair a devida atenção da filosofia se deve, em parte, à sua história e, em parte, à sua novidade. Tratarei primeiro de sua história...

O pensamento crítico começou principalmente como uma "disciplina de ensino". Howard Kahane, a quem se pode dar grande crédito por ter iniciado esse esforço, explicou como foi pressionado pelas demandas dos estudantes por relevância, que caracterizaram os anos 60, a criar um curso de lógica informal. Para muitos filósofos, a lógica informal continua sendo algo a ser celebrado ou apoiado no currículo, como um resquício dos anos sessenta e como um estímulo à matrícula de alunos nos anos oitenta. Em razão da história e do papel desempenhado pelos cursos introdutórios de pensamento crítico, os filósofos o consideram curso como um curso de preparação, essencialmente corretivo, mas raramente como uma disciplina com problemas interessantes que merecem ser estudados e pesquisados.

Penso que essa é a atitude errada. A ética aplicada teve as mesmas origens dos "anos 60", mas agora se transformou em uma disciplina com várias revistas e subdisciplinas. Isso ocorreu porque aqueles que começaram a "aplicar" seriamente o entendimento ético o qual pensavam que a filosofia detinha descobriram que seu entendimento teórico não estava à altura da complexidade de muitas situações da vida real. Como resultado, houve a necessidade de um desenvolvimento teórico que desse lugar central aos processos e problemas de aplicação, cujo estudo gradualmente ganhou vida própria.

Efeitos importantes dessa conscientização têm sido a ênfase renovada nos direitos na literatura ética e política, o aumento do ceticismo sobre o valor do utilitarismo para resolver problemas éticos, a despeito de sua autoproclamada praticidade, e uma conscientização geral de que grande parte da dificuldade na aplicação de normas éticas está na interpretação das normas durante a aplicação. De modo mais geral, o esforço real para resolver dilemas morais urgentes, ou pelo menos para fornecer orientação para a abordagem de problemas morais, levou a uma compreensão mais aprofundada do raciocínio moral e a uma revitalização da teoria ética, conforme exemplificado em revistas como **Philosophy and Public Affairs**.

O mesmo pode ser esperado do pensamento crítico. Não só existem paralelos impressionantes entre a relação que o pensamento crítico tem com a epistemologia, aquele que a ética aplicada tem com a teoria ética tradicional, como também já existem problemas que foram encontrados por instrutores de pensamento crítico que poderiam ter um impacto profundo na epistemologia. A discussão desses problemas fornecerá a segunda fundamentação para minha alegação.

A fim de desenvolver minhas alegações sobre os paralelos entre a ética aplicada e o pensamento crítico, primeiro preciso apresentar um detalhamento de como entendo o estado atual da ética. Em seguida, mostrarei como essa categorização da ética pode ser aplicada à epistemologia para iluminar a relação entre o pensamento crítico e a epistemologia tradicional.

2 O paralelo e suas implicações para o pensamento crítico

2.1 Ética

A ética pode ser dividida em três subáreas (demonstrando o entusiasmo filosófico tradicional pelas distinções tripartites): metaética, ética normativa ou teórica e ética aplicada. Os cursos e os textos costumam ser divididos dessa forma: essa subdivisão da ética é relativamente pouco controversa.

Metaética. Além da análise dos conceitos éticos básicos, a metaética investiga a natureza e o fundamento do conhecimento ético, particularmente a questão de saber se

existe algum conhecimento ético³. As dificuldades em estabelecer uma base segura para as afirmações éticas levaram muitos filósofos, e ainda mais estudantes do primeiro ano, a concluir que algum tipo de ceticismo ou relativismo é a única posição razoável. Os argumentos a favor e contra o ceticismo e o relativismo, o Naturalismo e o Intuicionismo e os argumentos gerais sobre a natureza do discurso ético se enquadram na metaética.

Ética normativa ou teórica. A ética normativa, em contraste com a metaética, pressupõe que há algum conhecimento ético a ser adquirido (ou, pelo menos, que há respostas melhores e piores para as questões éticas) e que esse conhecimento é geralmente articulado em um princípio ou conjunto fundamental de princípios ou normas. O trabalho do filósofo nessa área é encontrar esses princípios, articulá-los e mostrar que esses são os princípios que qualquer pessoa eticamente ponderada deve aceitar.

A ética normativa tendeu a se dividir em duas abordagens principais: o consequencialismo e o deontologismo. O Consequencialismo, como seu nome indica, sustenta que as ações certas ou erradas são totalmente uma função de suas consequências. O Deontologismo (do grego **deon**=dever) nega isso e sustenta que atos são certos ou errados independentemente de suas consequências. Os principais representantes de cada abordagem são o Utilitarismo e o Kantismo. Ambas as escolas tentaram mostrar que essa abordagem do raciocínio ético produz o resultado correto em situações morais reais. Entretanto, sua ênfase principal tem sido argumentar sobre problemas imaginários e experimentos de pensamento - alguns deles completamente bizarros. Uma abordagem mais prática foi adotada por John Rawls. Seu recente esforço para fundamentar as normas éticas em um procedimento de decisão usando o "véu da ignorância" é um excelente exemplo de ética normativa⁴.

Ética aplicada. Apesar de os filósofos terem se preocupado, ao longo dos séculos, com a aplicação de teorias éticas a questões práticas, o surgimento de uma subdisciplina dedicada a esse esforço é recente.

O objetivo original da ética aplicada era usar os **insights** e os princípios da ética normativa para iluminar ou até mesmo resolver questões do debate moral contemporâneo, como o aborto e a alocação de recursos médicos escassos. Porém, embora essa fosse a intenção da ética aplicada, na prática, a inadequação de muitas teorias morais tradicionais e as dificuldades em sua interpretação resultaram no desenvolvimento de novas abordagens baseadas nos problemas que estão sendo estudados. Portanto, a distinção entre ética aplicada e ética normativa não é tanto conceitual quanto a distinção entre metaética e ética normativa, mas sim de foco. A ética aplicada concentra-se primeiro no problema ético e só depois na teoria ética. A questão para a ética aplicada é, em primeiro lugar, saber qual é a ação moralmente correta em resposta a determinado tipo de situação, e só depois a questão de saber quais são os princípios corretos para uma teoria ética.

Evidentemente, muitos grandes eticistas escreveram sobre problemas cotidianos. Como, por exemplo, Kant em suas **Lectures**, ou Mill em seu capítulo sobre **Aplicações em On Liberty**. Ao fazer isso, se engajaram na ética aplicada, mas diferiram dos eticistas aplicados contemporâneos, pelo fato de que esses esforços eram reflexões posteriores e não sua preocupação principal.

Vejamos o problema do aborto. Poderíamos começar com uma teoria sobre o direito universal à vida e depois pensar em como aplicá-la a um feto. Ou poderíamos começar, como vários pensadores fizeram, com o problema de tentar discernir quais são as diferenças moralmente relevantes (se houver) entre um feto, um violinista moribundo, um ser humano em estado vegetativo e um zigoto⁵. Essa abordagem do "problema como

³ Presumi que essa afirmação não era problemática, mas um revisor do meu artigo a contestou. Em resposta, cito a seguinte observação da clássica introdução à ética de William Frankena:

A [Meta-ética] indaga e tenta responder a questões lógicas, epistemológicas ou semânticas como as seguintes: Qual é o significado ou o uso das expressões "(moralmente) correto" ou "bom"? Como os julgamentos éticos e de valor podem ser estabelecidos ou justificados? Podem ser justificados de fato? Qual é a natureza da moralidade? Qual é a distinção entre o moral e o não moral? (FRANKENA, p. 5, e veja também p. 96 e bem como Brandt, p. 7).

⁴ John Rawls, **A Theory of Justice**. Ele também aborda consideravelmente a ética aplicada nesse texto.

⁵ Essa é uma referência, é evidente, ao artigo perspicaz de J. J. Thompson, **A Defense of Abortion**.

prioritário" é empolgante e esclarecedora. Uma das consequências dessa abordagem foi uma maior conscientização sobre o problema da interpretação das normas éticas em sua aplicação a casos reais. Pode-se esperar que novas teorias normativas surjam desse esforço; embora elas possam se enquadrar mais ou menos em um dos campos normativos, a ênfase em problemas reais garante que as teorias serão vinculadas à rica base factual de problemas comuns e extraordinários da vida cotidiana.

Não é tanto o movimento de aplicar a filosofia que é empolgante na ética aplicada, mas sim o **feedback** que essas tentativas de aplicação produzem. Por nos conscientizar da dificuldade de interpretação e da inadequação das teorias normativas vigentes, e por colocar os filósofos em posições em que decisões devem ser tomadas, a ética aplicada inspirou um renascimento da reflexão ética.

Uma outra distinção deve ser mencionada. Existe ética mesmo além da teoria ética aplicada, ou seja, o ser ético. Não considero que seja parte da ética aplicada realizar julgamentos éticos individuais sobre, por exemplo, fazer ou não um aborto em um caso específico. São casos de aplicação da ética, sim, porém não é um evento no campo da ética aplicada. Por outro lado, na medida em que alguém critica uma decisão ética com base na aplicação incorreta de normas éticas (em oposição a erros factuais e lógicos), essa me parece ser uma atividade dentro, muito embora próxima da fronteira, da ética aplicada. Essa distinção se tornará importante quando passarmos a discutir a epistemologia aplicada.

Como a divisão supracitada da ética se equipara a uma divisão apropriada na epistemologia?

2.2 Epistemologia

Não há uma tricotomia bem estabelecida na epistemologia, mas tenho uma para propor, diretamente análoga à da ética⁶.

Metaepistemologia. Primeiro, existe a meta-epistemologia. Isso é o que a maioria dos filósofos pensa sob o termo geral de "epistemologia": o estudo dos conceitos centrais do conhecimento e os fundamentos da teoria do conhecimento⁷. A meta-epistemologia trata principalmente do discurso epistêmico e também pode levar ao ceticismo sobre a possibilidade do conhecimento. O objetivo é a análise do discurso epistemológico, conforme ilustrado pelos esforços contínuos para descobrir os ingredientes que faltam na análise tradicional do conhecimento como crença verdadeira e justificada (ilustrada nos quebra-cabeças de Gettier). Não está claro para mim a razão pela qual não ter sido chamada de meta-epistemologia. Essa falha tende a criar a ilusão de que as preocupações meta-epistemológicas são as questões centrais da disciplina da epistemologia.

Epistemologia normativa. A epistemologia normativa⁸ é uma área menos nítida, mas há vários aspectos que lhe são específicos. Assim como o eticista normativista, o epistemólogo normativista assume que há uma solução para as objeções céticas e se propõe a articular o que constitui a base correta do

⁶ Um revisor de uma versão anterior do meu artigo me chamou a atenção para um artigo de Richard Brandt na Enciclopédia de Filosofia que traça paralelos semelhantes entre a metaética e o que ele também denomina meta-epistemologia, ética normativa e epistemologia, embora ele não mencione a ética aplicada e, nem de longe, a epistemologia aplicada.

⁷ Hans Hansen me chamou a atenção para um artigo de William P. Alston, de 1982, que defende o mesmo ponto: A epistemologia recente tem se preocupado muito com os fundamentos conceituais e metodológicos do tópico - em particular com os conceitos de conhecimento, certeza, conhecimento básico, justificação e outros. Em outras palavras, em grande parte, tem se ocupado da metaepistemologia, em contraste com a epistemologia substantiva, em contraste com as questões sobre o que conhecemos, como conhecemos o que conhecemos e como as várias partes de nosso conhecimento estão inter-relacionadas.

Assim como na ética, as meta-investigações têm sido buscadas ao longo da história do tópico ... Mas, assim como na ética, as meta-investigações têm sido mais proeminentes do que nunca na filosofia anglo-americana do século XX (Alston, p. 275).

⁸ Alston caracteriza isso como "epistemologia substantiva", enquanto Brandt a descreve como "epistemologia propriamente dita" (p. 6).

conhecimento. Como diz Brandt (p. 6): "[O epistemólogo normativista] ... têm tentado chegar a afirmações epistemológicas universais aceitáveis para serem usadas como padrões na avaliação de afirmações particulares.". Enquanto a meta-epistemologia trata do papel que a "crença justificada" desempenha na análise do conceito de conhecimento, a epistemologia normativa trata de articular as normas epistemológicas que delineiam o tipo e a quantidade de evidências necessárias para se ter uma "crença justificada".

Aqui se encontra o debate tradicional entre os racionalistas e intuicionistas de um lado, e os empiristas e naturalistas do outro lado, um debate que é paralelo ao dos Kantianos e Utilitaristas. Essas várias visões epistemológicas têm inclusive a mesma orientação geográfica, como vimos no debate ético em que os Europeus preferem o racionalismo e o intuicionismo (e o kantismo) e os Anglo-Americanos preferem o empirismo e o naturalismo (e o Utilitarismo).

O trabalho na filosofia da ciência (e suas subáreas) parece ocupar um meio-termo: epistemologia parcialmente normativa, epistemologia parcialmente aplicada. Por estar atualmente fundamentada na prática real dos cientistas, assim parece residir naturalmente na epistemologia aplicada, contudo suas origens estão nos esforços de racionalistas e empiristas para descobrir uma base para a ciência sem tentar fundamentá-la nos próprios métodos usados pelos cientistas. Há, por exemplo, algo maravilhosamente racionalista nos métodos de Mill que é pouco afetado pela atividade científica real. Recentemente, a filosofia da ciência tem enfatizado mais a atenção ao real modo como o cientista avalia as afirmações, o que é mais análogo ao que acontece na ética aplicada e, portanto, mais próximo da epistemologia aplicada.

Epistemologia aplicada. Considero a epistemologia aplicada como a primeira tentativa de aplicar as ideias da epistemologia normativa à busca cotidiana do conhecimento. Essa atividade envolve o uso de visões epistemológicas normativas (por exemplo, o papel que a eliminação de hipóteses concorrentes desempenha na defesa de uma alegação causal como base do conhecimento científico), muito mais do que "princípios lógicos". Ao ensinar o Pensamento Crítico, estamos, entre outras coisas, promulgando normas epistemológicas. E penso que nos encontramos em uma situação um pouco mais feliz do que aqueles que se propuseram a aplicar a ética normativa.

Ao descrever, por exemplo, o papel que a eliminação de hipóteses concorrentes desempenha, podemos esclarecer aos nossos estudantes fatos importantes sobre a forma como os cientistas adquirem conhecimento e dar a eles regras úteis para avaliar alegações causais cotidianas. A distinção bem estabelecida entre as questões de como as descobertas científicas são feitas e como são estabelecidas tem muitos paralelos úteis na vida cotidiana.

Conforme indicado, grande parte do progresso na filosofia da ciência resultou do fato de se atentar para como os cientistas chegam ao conhecimento do mundo. Isso produziu subsídios para o relativismo (o reconhecimento de que as visões de mundo científicas são fundamentadas na(s) cultura(s) da ciência), mas, ao mesmo tempo, produziu **insights** que influenciaram os cientistas em seu trabalho (por exemplo, os cientistas influenciados por Karl Popper). Esses últimos **insights** estão na fronteira entre a epistemologia normativa e a aplicada.

A tentativa de Hume de mostrar que as alegações sobre milagres podem ser descartadas **a priori** é um bom exemplo, embora controverso, da tentativa de fazer epistemologia aplicada. Esforços semelhantes para aplicar a epistemologia são feitos com frequência na revista **The Skeptical Inquirer**. Embora essa revista frequentemente se ocupe da refutação factual direta de alegações paranormais, também se detém em considerações epistemológicas, como a questão de saber se a alegação é falsificável. Esses são exemplos do uso de nosso entendimento epistemológico para iluminar e criticar alegações duvidosas de conhecimento

cotidiano, e são paralelas à tentativa de aplicar princípios éticos a questões contemporâneas na ética aplicada.

O último paralelo que quero enfatizar é aquele entre fazer epistemologia aplicada e aplicar a epistemologia. Na ética aplicada, por exemplo, lidamos com o aborto em geral; na aplicação da ética, decidimos sobre a correção de um aborto em particular. Por analogia, na epistemologia aplicada, podemos lidar com questões relativas ao papel que a eliminação de hipóteses concorrentes desempenha no estabelecimento de uma alegação causal, mas não com a questão de se essa ou aquela hipótese específica deve ser, ou foi, eliminada. Por outro lado, assim como acontece com a ética aplicada, a crítica de uma visão específica sobre a base epistemológica, em oposição à base factual, é uma atividade legítima dentro da epistemologia aplicada⁹.

Todavia, minha intenção não é simplesmente traçar o paralelo entre o pensamento crítico e a epistemologia aplicada, mas usar essa analogia para apoiar a alegação de que as preocupações dos pensadores críticos têm importância filosófica significativa. Em particular, os esforços para aplicar o entendimento epistemológico a problemas práticos revelam várias dificuldades dentro da epistemologia.

2.3 Algumas implicações para a epistemologia normativa

Por exemplo, um dos fatos mais óbvios sobre como o conhecimento é realmente adquirido é a forte dependência da autoridade. A maior parte do que sabemos, sabemos porque alguém nos disse. Isso não está de acordo com a ênfase tradicional na razão ou na experiência como base do conhecimento. Qual é o estado da teoria do apelo à autoridade? Praticamente não existe¹⁰.

Mas há outros problemas ainda mais profundos. Enquanto grandes esforços são despendidos na tentativa de decidir o que é que existe a mais no conhecimento além da crença verdadeira justificada, pouco tempo é dedicado ao que contaria como justificativa suficiente para que uma crença seja a base de uma alegação de conhecimento. A suposição pode ser a de que, em geral, pouco pode ser dito sobre as regras que especificariam quais evidências constituiriam justificativa suficiente para uma crença ser a base de uma alegação de conhecimento: que essa questão deve ser respondida pela teoria da probabilidade ou por normas intradisciplinares. Mas, na verdade, é exatamente essa pergunta que se apresenta a nós todos os dias e essas perguntas nem sempre se enquadram na "jurisdição" de alguma disciplina. "Tenho evidências suficientes para prosseguir com essa medida cautelar, decisão comercial, reclamação... etc.? Posso dizer "eu sei" que ele fez isso com base nas evidências que tenho?".

Uma questão relacionada surge quando se considera a disposição real das pessoas em fazer afirmações de conhecimento. Nossa disposição para afirmar que sabemos algo parece ser, pelo menos em parte, uma função do que está em jogo: uma justificativa mais fraca é suficiente para questões de menor importância. Posso dizer

⁹ Harvey Siegel, ao criticar uma versão preliminar deste artigo, argumentou que questões éticas como "o que devo fazer?" são respondidas pela ética normativa, mas que questões como "em que devemos acreditar?" não são respondidas pela epistemologia normativa - portanto, minha analogia era problemática. Parece-me que isso não leva em conta a complexidade dos dois tipos de perguntas. Obviamente, as considerações factuais desempenham um papel na maioria das decisões éticas e não são objetos de investigação ética. Obviamente também, a observação, a matemática e a inferência lógica formal desempenham um papel na investigação científica, e esses não são os objetos da reflexão epistemológica. Contudo, na medida em que um médico aplica incorretamente normas ou conceitos éticos (talvez por meio de uma justificativa inadequada), está sujeito a críticas éticas, e isso poderia ser feito com razão em um artigo sobre ética aplicada. Da mesma forma, na medida em que um cientista está empregando normas epistemológicas para sustentar suas afirmações, tanto a aplicação quanto o conteúdo dessas normas podem ser questionados com razão por epistemólogos - aplicados ou não.

¹⁰ Depois de escrever isso, li o artigo de John Hardwig, que é um excelente primeiro passo para explicar a função que a autoridade desempenha no conhecimento científico. Posteriormente, escrevi um artigo, **Assessing Expert Claims: Critical Thinking and the Appeal to Authority**, que tenta desenvolver uma teoria do apelo à autoridade.

que "sei que você está chegando às cinco" simplesmente por ter ouvido você dizer isso, até descobrir que minha vida depende de eu estar certo. Esse ponto está relacionado à ideia de Austin de que afirmar saber algo é um tipo de performativo (Austin, 1979). Mas a afirmação de Austin é uma afirmação descritiva, uma afirmação meta-epistemológica. A questão que a epistemologia aplicada trataria seria: quando é razoável se apoiar em uma dada afirmação, afirmar que sabemos algo?

Essas são questões epistemológicas cruciais. Questões que deveriam ter sido abordadas por filósofos e que ganham muito ímpeto quando se tenta aplicar a epistemologia a questões de interesse cotidiano. Esses problemas me parecem suficientemente ricos para justificar a fundação de um novo campo. Antes que possamos avançar no ensino do pensamento crítico para além da natureza amplamente introdutória dos cursos atuais, essas questões exigem um estudo teórico aprofundado.

2.4 Exemplos de epistemologia aplicada

Pode não parecer haver tantos exemplos claros da necessidade de epistemologia aplicada em comparação com os exemplos dos tipos de problemas práticos que exigem ética aplicada: a Medicina, em particular, parece fornecer problemas morais suficientes para manter uma legião de filósofos aplicados empregados. Mas não é preciso ir muito longe para encontrar análogos para o epistemólogo aplicado. O Direito é uma profissão óbvia em que afirmações factuais putativas são feitas e avaliadas à luz de normas epistemológicas implícitas e explícitas. Faz-se muito uso, por exemplo, da distinção fato/opinião, que Perry Weddle revelou ser repleta de dificuldades (1985).

A teoria da decisão também, na medida em que envolve considerações sobre a crença racional como base para a ação, também envolve questões de epistemologia aplicada. Por exemplo, a questão do princípio de decisão de segunda ordem apropriado a ser aplicado (Tipo 1 ou Tipo 2) à questão de se acreditar ou não em uma alegação com base em evidências que são muito fracas para sustentar uma alegação de conhecimento é uma questão de epistemologia aplicada. Um belo exemplo da aplicação de tais princípios pode ser encontrado no famoso artigo de William James **The Will to Believe** (1896).

Um excelente exemplo de um texto que leva o pensamento crítico além da instrução básica é o livro **Understanding Scientific Reasoning** de Ronald Giere. Ele elabora uma visão bastante sofisticada sobre a base do conhecimento científico e tenta, de forma simplificada, mas teórica, explicar às pessoas como aplicar essa abordagem a (1) teorias das ciências naturais, como a física, (2) teorias de ciências mais baseadas em estatísticas, como a epidemiologia e a sociologia, e (3) teorias populares, como a **Eram os Deuses Astronautas?**¹¹ de Danekin. Esse é um empreendimento altamente louvável e, devido à sua base teórica explícita, seu trabalho é superior ao de outras obras, como **Science and Unreason**, que são mais superficiais.

A meu ver, e talvez na visão atual de Giere, há pouquíssima ênfase no papel que a comunidade científica desempenha na avaliação e no estabelecimento do conhecimento científico. Contudo, quaisquer que sejam as dificuldades com sua proposta particular, os estudantes aprendem muito com essa abordagem cuidadosa da ciência que é, em grande parte, não matemática. Os estudantes desenvolvem procedimentos bastante claros para avaliar informações estatísticas e boas razões para descartar a mitologia popular, como a de Danekin. As dificuldades e os problemas são essenciais para o epistemólogo aplicado.

¹¹ A opção de tradução do título em inglês **Chariot of the Gods** foi adotada a partir da tradução brasileira da Madras Editora de 2018. N.T.

Outro bom exemplo de epistemologia aplicada é um ao qual já fiz alusão: a crítica de Hume aos milagres¹². Hume argumenta que nenhuma evidência ou testemunho empírico poderia ser suficiente para superar a improbabilidade essencial de qualquer milagre alegado. Hume também oferece muitas evidências históricas acerca do entusiasmo equivocado das pessoas por coisas milagrosas e extraordinárias. Mas seu argumento contra a possibilidade de justificar alegações de milagres com base em considerações epistemológicas fundamentais é um espécime exemplar de epistemologia aplicada. Isso não quer dizer que seu argumento seja incontroverso; não se trata de uma aplicação algorítmica de normas epistemológicas bem estabelecidas, mas antes de um argumento que se concentra em um conjunto específico de julgamentos e, usando reflexões epistemológicas, sustenta uma posição cética em relação a alegações desse tipo.

Outro exemplo de aplicação de reflexões epistemológicas seria considerar o uso dos padrões de significância estatística, especialmente nas várias ciências sociais. Os estatísticos se fixaram no $dse.05$ ¹³ como o padrão mínimo para uma afirmação de conhecimento "científico". Para apresentar esse argumento, preciso fornecer um pouco de contexto. A questão básica é como decidir a significância das estatísticas coletadas por amostragem. Todos nós já lemos que as pesquisas de opinião da Gallup¹⁴ normalmente permitem um intervalo de confiabilidade de $\pm 3\%$ (19 vezes em 20). Isso significa que a Gallup está afirmando que a porcentagem de toda a população que tem uma determinada opinião estará dentro de $\pm 3\%$ de qualquer porcentagem obtida pela própria pesquisa da Gallup, 19 vezes em 20 (ou seja, 95% das vezes). Podemos então dizer que sabemos (ou pelo menos que estamos justificados em acreditar) que a variação na população é $X \pm 3\%$. Podemos dizer isso porque a regra de 95% foi adotada como a norma de significância estatística para a maioria dos fins estatísticos. Os estudantes de estatística introdutória, por exemplo, aprendem que, na pesquisa padrão de opinião da Gallup, as mudanças na popularidade de um político são (estatisticamente) significativas somente se excederem $\pm 3\%$. Mas será que esse é o critério adequado? Por que não estamos preparados para dizer que, embora haja 95% de chance de a população estar distribuída dentro de $\pm 3\%$ dos resultados da Gallup, há, digamos, 75% de chance de estar dentro de 1%? Afinal de contas, quantas coisas na vida têm 95% de certeza? Todas as nossas alegações de conhecimento (alegações de significância) devem atender a um critério de 95% de certeza? Meu objetivo não é responder a essa pergunta, mas oferecê-la como outra ilustração do tipo de afirmações epistemológicas que não são necessariamente abordadas em nenhuma disciplina e que merecem reflexão filosófica.

2.5 Epistemologia aplicada e outros aspectos do Pensamento Crítico

Deve-se admitir que muito do que normalmente ensinamos nas aulas de Pensamento Crítico é preliminar ao ensino da epistemologia aplicada e, como resultado, o conceito e o currículo do Pensamento Crítico abrangem uma gama muito mais ampla de habilidades e normas do que as envolvidas na epistemologia aplicada. Devemos, evidentemente, ensinar a análise de argumentos antes de ensinar a avaliação e, com alguns estudantes, essa é uma tarefa significativa. Se estudantes não conseguem reconhecer as inferências dedutivas e seu significado, isso também deve ser ensinado. Mas ensinamos análise para ensinar avaliação, portanto, parece justo tratar a epistemologia aplicada como a disciplina central do ensino do Pensamento Crítico.

¹² Hume, *An Enquiry Concerning Human Understanding* Sections VIII-XI.

¹³ No original **ssd** (**species sensitivity distribution**), o qual tem sido traduzido canonicamente para o português por estatísticos brasileiros como **distribuição de sensibilidade das espécies (dse)**. N.T.

¹⁴ A **Gallup Poll** é uma empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos: <https://www.gallup.com/home.aspx>. N.T.

Além disso, há atividades associadas ao Pensamento Crítico que não são nem avaliação nem análise, como resolução de problemas, pensamento criativo, teoria da argumentação e, para alguns, até mesmo análise ética. Quase todos os profissionais também consideram ser razoável a inculcação de disposições como um componente importante de qualquer curso de Pensamento Crítico. Nenhum desses tópicos é obviamente epistemologia, aplicada ou não, embora me pareça novamente que todos eles são direcionados para ensinar os alunos a aplicar normas epistemológicas apropriadas em suas vidas. O objetivo do pensamento criativo (pensamento lateral, etc.) é certamente ajudar as pessoas a abandonar as crenças habituais e incorretas e transformá-las em crenças verdadeiras ou, pelo menos, mais bem justificadas.

Por outro lado, a tendência em muitas escolas públicas de implementar o "pensamento criativo" como o foco central do ensino do Pensamento Crítico parece, portanto, significativamente errada. E embora essa questão tenha sido bem tratada no presente periódico (por Sharon Bailin, 1987), defender a centralidade da epistemologia aplicada é uma correção saudável para essas tendências.

3 Conclusão

Essas observações são um tanto especulativas, mas sugerem algumas das possibilidades que decorrem de um estudo da epistemologia aplicada - até mesmo as possibilidades de desenvolvimentos teóricos na epistemologia normativa. A visão do pensamento crítico como epistemologia aplicada o vincula à sua disciplina teórica adequada e incentiva as possibilidades de uma relação bidirecional entre os lados teórico e prático da disciplina, uma abordagem que será benéfica para ambos. Se isso for verdade, temos muito trabalho fascinante e empolgante pela frente. E, (quase) desnecessário dizer, temos muito a ensinar. Devemos não apenas ajudar nossos estudantes a aprimorar seu Pensamento Crítico, mas também ajudar nossos colegas a ver a importância do pensamento crítico/epistemologia aplicada como uma disciplina filosófica¹⁵.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Dr. Mark E. Battersby pela enorme e prontidão gentileza e disponibilidade em autorizar a publicação da presente tradução.

Referências

- AUSTIN, J. L. *Other Minds*. In: URMSON, J; WARNOCK, G (Orgs). **Philosophical Papers**, Oxford: Oxford University Press, 1979. p. 77-116.
- ALSTON, William P. *Meta-Ethics and Meta-Epistemology*. In: GOLDMAN, A. I; KIM, J. **Values and Morals**. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1978. p. 275-297.
- BATTERSBY, Mark. *Assessing Expert Claims: Critical Thinking and the Appeal to Authority*. In: **Proceedings Montclair College Conference on Critical Thinking**. New Jersey: Montclair State College, 1988.
- BAILIN, Sharon. *Creative and Critical Thinking*. **Informal Logic**, v.9, n.1, p. 23-30, 1987.
- BRANDT, Richard. *Epistemology and Ethics, Parallel Between*. In: EDWARDS, Paul. **The Encyclopedia of Philosophy**. New York: Macmillan, 1967. p. 6-8.

¹⁵ Gostaria de agradecer aos seguintes leitores e avaliadores prestativos: Diana Davidson, Harvey Siegel, Earl Winkler, Hans Hansen e Reid Gilbert.

-
- FRANKENA, William. **Ethics**. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.
- GIERE, Ronald. **Understanding Scientific Reasoning**. New York: Rinehart, 1984.
- GOVIER, Trudy. **Selected Issues in Logic and Communication**. Belmont: Wadsworth, 1987.
- HARDWIG, John. Epistemic Dependence. **Journal of Philosophy**, v.82, n.7, p.335-349. 1985.
- HUME, David. **Enquiry Concerning Human Understanding**, 1748.
- JAMES, William. **The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy**. New York: Longmans, 1896.
- MCPECK, John E. **Critical Thinking and Education**. Oxford: Martin Robertson, 1981.
- POLANYI, Michael; Harry Prosch. **Meaning**. Chicago: University of Chicago Press, 1975.
- RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- SIEGEL, Harvey S. Educating Reason: Critical Thinking, Informal Logic and the Philosophy of Education. **Informal Logic**, v.7, n. 2/3, p. 69-83, 1985.
- _____. **Educating Reason: Rationality, Critical Thinking, and Education**. New York: Routledge, 1988.
- THOMSON, Judith J. A Defense of Abortion, **Philosophy and Public Affairs**, v. 1, p. 47-64, 1971.
- WEDDLE, Perry. Fact from Opinion, **Informal Logic**, v.7, n.1, p.19-26, 1985.
-

Doutor em Filosofia (UFPR)
Professor Adjunto (UFPA)
E-mail: prof.rodrigocanal@gmail.com